

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo, que sofreu pequenas adaptações, para responder às questões de 1 a 4. Trata-se de um fragmento do livro *Minhas histórias dos outros*, de Zuenir Ventura.

Pouca gente soube por que razão Nelson Pereira dos Santos, e não o próprio Glauber Rocha, deu a entrevista coletiva naquela manhã de maio de 1964 em Cannes, depois da exibição de *Deus e o diabo na terra do sol* para a imprensa internacional. Nervoso durante toda a sessão, Glauber ficou ainda mais no final, com a perplexidade da platéia diante do seu estranho filme misturando drama existencial e alegoria política. Como não supunha o que iam dizer, por exemplo, gênios do cinema como o alemão Fritz Lang – “é uma das mais fortes manifestações de arte cinematográfica que já vi” – nem o espanhol Luiz Buñuel – “é a coisa mais bela que vi nos últimos dez anos” – ele temia a reação dos críticos. Temia tanto, que teve um súbito desarranjo intestinal.

“Não estou agüentando mais”, disse para mim, em pé ao seu lado no fundo da sala, “pede ao Nelson para me substituir” – e voltou correndo para o hotel. Nelson, que também participava da competição com *Vidas Secas*, enquanto Cacá Diegues apresentava *Ganga Zumba* na Semana da Crítica, teria nesse XVIII Festival de Cinema duas tarefas extras. Uma foi esclarecer que, apesar do que escrevera um jornalista parisiense, provocando indignação, Baleia não morrera de verdade no filme. Fora tudo encenação, com a ajuda de sonífero. O desmentido decisivo, porém, foi a chegada da própria cadela na primeira classe da Air France. Virou uma celebridade em Cannes.

A outra missão era essa de satisfazer a curiosidade dos críticos, que haviam gostado do filme do seu amigo, mas sem entender bem, rindo toda vez que era pronunciado o nome da mulher de Corisco, Dadá. Acreditavam ser uma homenagem ao dadaísmo, movimento literário de negação a tudo e defesa do absurdo.

1. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que
 - (A) o trecho inicial do primeiro parágrafo “Pouca gente soube por que razão Nelson Pereira dos Santos, e não o próprio Glauber Rocha, deu a entrevista coletiva” pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Pouca gente soube porque Nelson Pereira dos Santos, e não o próprio Glauber Rocha, deu a entrevista coletiva”.
 - (B) o trecho inicial do primeiro parágrafo “Pouca gente soube por que razão Nelson Pereira dos Santos, e não o próprio Glauber Rocha, deu a entrevista coletiva” pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Pouca gente soube por que Nelson Pereira dos Santos, e não o próprio Glauber Rocha, deu a entrevista coletiva”.
 - (C) o trecho “depois da exibição de *Deus e o diabo na terra do sol* para a imprensa internacional”, do primeiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “depois do filme *Deus e o diabo na terra do sol* ser exibido para a imprensa internacional”.
 - (D) no trecho “Nervoso durante toda a sessão, Glauber ficou ainda mais no final, com a **perplexidade** da platéia diante do seu estranho filme misturando drama existencial e alegoria política”, do primeiro parágrafo, a palavra destacada significa “seriedade”, “gravidade”.
 - (E) o trecho “**Nervoso durante toda a sessão**, Glauber ficou ainda mais no final, com a perplexidade da platéia diante do seu estranho filme misturando drama existencial e alegoria política”, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Nervoso durante toda sessão”.

2. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) no trecho “**Como** não supunha o que iam dizer”, do primeiro parágrafo, a conjunção destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “Conforme”.
- (B) no trecho “Como não supunha o que iam dizer, **por exemplo**, gênios do cinema como o alemão Fritz Lang”, do primeiro parágrafo, as vírgulas que isolam o termo destacado podem ser suprimidas, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico.
- (C) no trecho “Como não supunha (...) **ele temia a reação dos críticos**”, do primeiro parágrafo, a oração destacada pode ser antecedida por uma vírgula, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico.
- (D) os trechos “é uma das mais fortes manifestações de arte cinematográfica que já vi” e “é a coisa mais bela que vi nos últimos dez anos”, do primeiro parágrafo, falas feitas antes da apresentação de *Deus e o diabo na terra do sol*, serviram para acentuar os temores de Glauber Rocha.
- (E) o último período do primeiro parágrafo “Temia tanto, que teve um súbito desarranjo intestinal”, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Temia, tanto que teve um súbito desarranjo intestinal”.

3. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) o último período do primeiro parágrafo apresenta o motivo pelo qual Glauber Rocha não deu a entrevista coletiva na manhã de maio de 1964, em Cannes, depois da exibição de *Deus e o diabo na terra do sol* para a imprensa internacional.
- (B) a frase “Não estou agüentando mais”, do primeiro período do segundo parágrafo, foi pronunciada por Nelson Pereira dos Santos, antes da entrevista coletiva na manhã de maio de 1964, em Cannes, depois da exibição de *Deus e o diabo na terra do sol*.
- (C) no trecho “Nelson, que também participava da competição com *Vidas Secas*, enquanto Cacá Diegues apresentava *Ganga Zumba*”, do segundo parágrafo, as duas ocorrências da vírgula podem ser suprimidas, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico.
- (D) no trecho “Nelson, que também participava da competição com *Vidas Secas*, enquanto Cacá Diegues apresentava *Ganga Zumba* na Semana da Crítica, **teria** nesse XVIII Festival de Cinema duas tarefas extras”, o sujeito da forma verbal destacada é “Cacá Diegues”.
- (E) no trecho “Uma foi esclarecer **que**, apesar do **que** escrevera um jornalista parisiense”, do segundo parágrafo, as duas ocorrências da palavra “que” exercem a mesma função sintática e pertencem à mesma classe gramatical.

4. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) na oração “Baleia não **morrera** de verdade no filme”, do segundo parágrafo, a forma verbal destacada está no pretérito mais-que-perfeito para indicar momento anterior ao das declarações de Nelson Pereira dos Santos na entrevista à imprensa em Cannes.
- (B) no trecho “O desmentido decisivo, **porém**, foi a chegada da própria cadela na primeira classe da Air France”, do segundo parágrafo, as vírgulas que isolam o termo destacado podem ser suprimidas, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico.
- (C) no trecho “O desmentido decisivo, **porém**, foi a chegada da própria cadela na primeira classe da Air France”, do segundo parágrafo, a conjunção destacada pode ser trocada por “pois”, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico.
- (D) o trecho “rindo toda vez que era pronunciado o nome da mulher de Corisco, Dadá”, do último parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “rindo toda vez que Dadá pronunciava o nome da mulher de Corisco”.
- (E) o trecho “Acreditavam ser uma homenagem ao dadaísmo”, do último parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Acreditavam ser uma homenagem do dadaísmo”.

Leia o pequeno conto abaixo, de Carlos Drummond de Andrade, extraído do livro *Contos Plausíveis*, para responder às questões de 5 a 9.

A beleza total

A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas. Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes. Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil pedaços.

A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda capacidade de ação. Houve um engarrafamento monstro, que durou uma semana, embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa.

O Senado aprovou lei de emergência, proibindo Gertrudes de chegar à janela. A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.

Gertrudes não podia fazer nada. Nascera assim, este era seu destino fatal: a extrema beleza. E era feliz, sabendo-se incomparável. Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. Sua beleza saiu do corpo e ficou pairando, imortal. O corpo já então enfezado de Gertrudes foi recolhido ao jazigo, e a beleza de Gertrudes continuou cintilando no salão fechado a sete chaves.

5. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) o trecho “A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes”, do primeiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e à própria Gertrudes”.
- (B) no trecho “Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas”, do primeiro parágrafo, os termos sublinhados são pronomes que se referem ao mesmo substantivo.
- (C) no trecho “Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes”, do primeiro parágrafo, a forma verbal destacada foi flexionada na terceira pessoa do plural porque o sujeito da oração é indeterminado.
- (D) no trecho “Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes”, do primeiro parágrafo, a forma verbal destacada foi flexionada na terceira pessoa do plural porque concorda com o antecedente “as visitas”.
- (E) no trecho “Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil pedaços”, o termo destacado expressa a causa pela qual era impossível, para os espelhos, “abranger o corpo inteiro de Gertrudes”.

6. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que, no trecho

- (A) “Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil pedaços”, a supressão das vírgulas mudaria o sentido do texto. Sem elas, o leitor concluiria que, no banheiro da casa de Gertrudes, havia mais de um espelho.
- (B) “Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil pedaços”, o pronome destacado refere-se à oração antecedente “Era impossível”.
- (C) “Os espelhos pasmavam diante de seu rosto”, do primeiro parágrafo, a palavra sublinhada pode ser trocada, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “aterrorizavam-se”.
- (D) “os veículos paravam à revelia dos condutores”, do segundo parágrafo, a expressão sublinhada pode ser trocada, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “devido à impressão dos”.
- (E) “os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda capacidade de ação”, do segundo parágrafo, o pronome destacado faz referência ao antecedente “os veículos”.

7. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) no trecho “e estes, por sua vez, perdiam toda capacidade de ação”, do segundo parágrafo, se o termo destacado tivesse de ser trocado por um pronome, sem erro gramatical, seria utilizado o oblíquo “lhe”.
- (B) se, no trecho “Houve um engarrafamento monstro”, o termo destacado fosse flexionado no plural, todos os outros termos também iriam, obrigatoriamente, ao plural.
- (C) no trecho “Houve um engarrafamento monstro (...) embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa”, nas duas formas verbais destacadas o verbo “haver” é considerado impessoal, isto é, não tem sujeito.
- (D) no trecho “Houve um engarrafamento monstro”, do segundo parágrafo, o termo destacado tem função adjetiva, atribuindo qualidade ao substantivo “engarrafamento”.
- (E) no trecho “embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa”, do segundo parágrafo, o termo destacado pode ser trocado, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “à casa”.

8. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) no trecho “A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe”, do terceiro parágrafo, o termo destacado pode ser trocado por “onde”, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico.
- (B) no trecho “num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito”, do terceiro parágrafo, a ação expressa pela primeira forma verbal destacada é anterior à expressa pela segunda forma verbal destacada.
- (C) no trecho “num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito”, do terceiro parágrafo, recomenda-se a supressão do pronome destacado, porque ele é considerado pleonástico.
- (D) no trecho “pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito”, do terceiro parágrafo, o termo destacado expressa o instrumento utilizado pelo mordomo para cometer suicídio.
- (E) o último período do terceiro parágrafo pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, ainda que o mordomo tivesse se suicidado com uma foto de Gertrudes sobre o peito”.

9. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que, no trecho

- (A) “Nascera assim, **este** era seu destino fatal: a extrema beleza”, do último parágrafo, o pronome destacado faz referência a um termo que já foi citado anteriormente no texto.
- (B) “Nascera assim, este era **seu destino fatal**: a extrema beleza”, do último parágrafo, o termo destacado faz referência a um termo que já foi citado anteriormente no texto.
- (C) “E era feliz, **sabendo-se incomparável**”, do último parágrafo, é coerente com o texto a interpretação de que a oração destacada expressa a circunstância de causa.
- (D) “Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre”, do último parágrafo, a segunda ocorrência da vírgula é obrigatória.
- (E) “O corpo já então enfezado de Gertrudes foi recolhido ao jazigo, e a beleza de Gertrudes continuou cintilando no salão fechado a sete chaves”, a ocorrência da vírgula não é obrigatória.

10. Assinale a alternativa em que não ocorreu erro de acentuação.

- (A) Sem dúvida nenhuma, aquelas palavras partiam do âmagô de sua alma de filântropo.
- (B) Um dos mais esplêndidos sentimentos que se pode experimentar é o aumento da libído.
- (C) Os últimos acontecimentos, observados à luz da econômia, demonstram que podemos estar à beira de um colapso.
- (D) Para poder comprar esse vermífugo, que pode ser prejudicial à saúde de todos, é necessária sua rubrica neste documento.
- (E) No acórdão, afirmava-se que aquelas empresas constróem edifícios ilegais.

11. Assinale a alternativa em que todas as palavras estejam grafadas corretamente.

- (A) Aquela micelânea de livros, jornais, papéis avulsos e objetos de escritório confundia os outros funcionários e impedia que houvesse agilidade no trabalho.
- (B) Com toda descrição que lhe era peculiar, limpou todas as reentrâncias da mesa, sem que aqueles que estavam reunidos sequer percebessem sua presença.
- (C) Assim que ela conseguisse desvencilhar-se daquele volume de trabalho, rumaria rapidamente para casa.
- (D) Não havia empecilho que pudesse desanimá-lo; todas as dificuldades que encontrou foram enfrentadas com coragem e alegria.
- (E) Aquele seguimento dos funcionários – a parcela mais insatisfeita de todas – reivindicava insistentemente o aumento do salário.

12. Assinale a alternativa em que a flexão, a concordância e a grafia das formas verbais estejam corretas.

- (A) O supervisor avisou-nos que provavelmente tinham havido problemas na corrente elétrica; se supossemos que ocorreria essa confusão, não teríamos vindo à fábrica.
- (B) Se saber todas as respostas não for a sua prioridade, teremos de rever os detalhes de tudo que combinamos.
- (C) Quando você vir à minha casa e conhecer minha biblioteca, ficará fascinada com as obras raras que tenho trazido do exterior.
- (D) Só haverá sentido em dar uma festa nesta casa se ele saber exatamente qual a data em que podemos comemorar o ingresso no emprego.
- (E) Faremos o que o diretor pediu, assim que você poder trazer todo o material necessário para executarmos o trabalho.

Leia o texto abaixo, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em 20 de janeiro de 2008, para responder às questões de 13 a 18.

Canudo de papel

Há algo de esdrúxulo e preocupante no ensino superior brasileiro. O censo oficial do setor, divulgado em dezembro, registra aberrações curiosas. Existem, por exemplo, dez vezes mais estudantes matriculados em cursos para a formação de professores de literatura do que para o ensino de física e química, áreas didáticas de importância que deveria ser equivalente. São 175 mil os que cursam jornalismo, cifra cinco vezes maior do que a de jornalistas que hoje trabalham com carteira assinada em todo o país (35 mil).

Não há tampouco critério racional que explique o motivo de os estudantes de medicina (74 mil) serem pouco mais numerosos do que os de turismo (66 mil), carreira necessária, embora inflada de forma artificial por um modismo. Igualmente grave é haver 589 mil matriculados em direito, número que supera os 571 mil advogados da ativa registrados pela OAB, como informou Rogério Gentile em texto publicado segunda-feira nesta Folha.

Não pode e não deve ser dado como normal que estudantes encarem os cursos em áreas específicas como se fossem polivalentes. Um exemplo: poucos dos 680 mil matriculados em administração previsivelmente seguirão a carreira. Mas o curso lhes dará alguma forma de segurança ou ascensão no plano de seus projetos pessoais.

O fato é que não existe um modelo que defina com razoável antecedência quais as carreiras que serão objeto de ampla – ou quase nenhuma – demanda. Mesmo assim, é lamentável que inexistam mecanismos que desestimulem a abertura de novos cursos em áreas francamente inchadas. A saturação das matrículas gera um inequívoco mercado de ilusões, presente, em 2005 (últimos dados oficiais), nas 1.578 faculdades de administração, 1.524 de pedagogia, 861 de direito e 497 de jornalismo.

Esses dados não se referem apenas às universidades públicas ou confessionais. Cabe lembrar que 72% dos 4,7 milhões de estudantes estão matriculados na rede particular. Foi sobretudo ela que permitiu, com a expansão de vagas nos anos 90, que hoje

10,4% dos jovens entre 18 e 24 anos estejam cursando o terceiro grau. E isso ainda é pouco. A meta do governo federal é chegar a 30% em 2011.

De modo sumário, essas informações demonstram uma estrepitosa inadequação entre, de um lado, a formatação do ensino superior e, na outra ponta, as expectativas de um mercado com carência no recrutamento de profissionais qualificados.

O problema, no entanto, não é apenas quantitativo. A questão da qualidade também se coloca de forma dramática. E, nesse ponto, o Brasil está engatinhando. É bastante positivo o fato de o terceiro grau ter deixado de ser um destino quase exclusivo das elites, mas a qualidade oferecida pela média dos cursos ainda deixa muito a desejar, em parte por deficiências históricas do ensino fundamental e médio. O diploma, que deveria ser uma ferramenta para a abertura de portas, em muitos casos não passa de um objeto de decoração pendurado na parede de desempregados ou subempregados.

13. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) no trecho “Há algo de **esdrúxulo**”, no início do primeiro parágrafo, a palavra destacada significa “extravagante”, “excêntrico” e também admite a seguinte grafia: “exdrúxulo”.
- (B) no trecho “O censo oficial do setor, divulgado em dezembro, registra **aberrações** curiosas”, a palavra destacada pode ser trocada, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “anomalias”.
- (C) no trecho “**Existem**, por exemplo, dez vezes mais estudantes matriculados em cursos para a formação de professores de literatura”, do primeiro parágrafo, a forma verbal destacada pode ser trocada, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “A”.
- (D) o processo de formação dos substantivos abstratos indicadores de ação “formação” e “ensino”, utilizados pelo autor no primeiro parágrafo, é exatamente o mesmo: a derivação por sufixação ou derivação sufixal.
- (E) o trecho “áreas didáticas de importância que deveria ser equivalente”, do primeiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “áreas didáticas cuja a importância que deveria ser equivalente”.

14. Levando em consideração as afirmações dos dois primeiros parágrafos do texto, é correto afirmar que

- (A) os dados apurados pelo censo do setor de ensino superior demonstram que a área de literatura é mais relevante do que a de física e a de química, embora estas também sejam importantes.
- (B) os dados apurados pelo censo do setor de ensino superior demonstram que as áreas de física e química são mais importantes do que a de literatura, embora esta também seja importante.
- (C) o fato de haver 175 mil estudantes de jornalismo, cinco vezes mais do que o número de jornalistas que hoje trabalham com carteira assinada em todo o país, é uma das aberrações curiosas e preocupantes do ensino superior brasileiro.
- (D) segundo os dados apurados pelo censo do setor de ensino superior, o modismo interfere de forma marcante na opção dos estudantes pelas carreiras de medicina e de turismo, embora esta seja mais importante do que aquela.
- (E) segundo a opinião do autor, o fato de haver 571 mil advogados da ativa registrados pela OAB e 589 mil matriculados em direito demonstra que essa área é mais relevante do que as áreas de turismo, física e química.

15. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) o trecho “Não há tampouco critério racional que explique o motivo”, do segundo parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Não há tão pouco critério racional que explique o motivo”.
- (B) o trecho “Não há tampouco critério racional que explique o motivo de os estudantes de medicina (74 mil) serem pouco mais numerosos”, do segundo parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Não há tampouco critério racional que explique o motivo dos estudantes de medicina (74 mil) serem pouco mais numerosos”.
- (C) o trecho “Não há tampouco critério racional que explique o motivo de os estudantes de medicina (74 mil) serem pouco mais numerosos”, do segundo parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Não há tampouco critério racional que explique o motivo de os estudantes de medicina (74 mil) sejam pouco mais numerosos”.
- (D) no trecho “Igualmente grave é **haver** 589 mil matriculados em direito, número que supera os 571 mil advogados da ativa”, do segundo parágrafo, a forma verbal destacada não pode por ser flexionada na terceira pessoa do plural, porque, no sentido de “existir”, o verbo “haver” é impessoal.
- (E) no trecho “número que supera os 571 mil advogados da ativa registrados pela OAB, como informou Rogério Gentile em texto publicado segunda-feira **nesta** Folha”, no final do segundo parágrafo, o termo destacado deve, segundo as orientações da gramática normativa, ser trocado por “nessa”, já que essa substituição implicaria maior coerência no sentido do texto.

16. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) segundo as afirmações do autor do texto no terceiro parágrafo, alunos que fazem cursos de áreas específicas devem permanecer sempre nessas áreas; um exemplo disso é o fato de que poucos dos 680 mil matriculados em administração previsivelmente seguirão a carreira.
- (B) no trecho “Não pode e não deve ser dado como normal que estudantes **encarem** os cursos em áreas específicas como se fossem polivalentes”, do terceiro parágrafo, a forma verbal destacada pode ser trocada por “encaram”, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico.
- (C) no trecho “encarem os cursos em áreas específicas como se fossem **polivalentes**. Um exemplo: poucos dos 680 mil matriculados em administração **previsivelmente** seguirão a carreira”, do terceiro parágrafo, o processo de formação dos advérbios destacados é exatamente o mesmo: derivação sufixal ou derivação por prefixação.
- (D) nos trechos “Não pode e não deve ser dado **como normal**” e “o curso **lhes** dará alguma forma de segurança”, do terceiro parágrafo, os termos destacados são objetos indiretos do verbo “dar”, que, na primeira frase, está na voz passiva e, na segunda, na voz ativa.
- (E) no trecho “o curso **lhes** dará alguma forma de segurança ou **ascensão** no plano de seus projetos pessoais”, do terceiro parágrafo, a palavra destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo de sentido, por “promoção”, “elevação”.

17. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) segundo o autor do texto, a impossibilidade de prever quais serão as carreiras mais promissoras é causa de haver saturação no mercado de trabalho, sobretudo nas áreas de jornalismo, direito, administração e medicina.
- (B) segundo o autor do texto, se houvesse um modelo para definir com antecedência as carreiras mais promissoras no futuro, haveria mecanismos de proibição de abertura de novos cursos em áreas francamente inchadas.
- (C) no trecho “A saturação das matrículas gera um **inequívoco** mercado de ilusões”, do quarto parágrafo, a palavra sublinhada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “inerente”.
- (D) o trecho “Esses dados não se referem apenas às universidades públicas ou confessionais”, do quinto parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Esses dados não se referem apenas às universidades públicas ou confessionais”.
- (E) segundo o autor do texto, as universidades da rede particular têm grande parcela de responsabilidade no fato de, hoje, 10,4% dos jovens entre 18 e 24 anos cursarem o terceiro grau, número que ainda é considerado pequeno, se levada em consideração a meta do governo federal.

18. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) no trecho “essas informações demonstram uma **estrepitosa** inadequação”, do sexto parágrafo, a palavra sublinhada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “estrondosa”.
- (B) no trecho “O problema, **no entanto**, não é apenas quantitativo”, do sétimo parágrafo, a conjunção sublinhada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “embora”.
- (C) para o autor do texto, o fato de o ingresso nas universidades não ser mais exclusividade das elites é indicador de que houve aumento de qualidade nos cursos de ensino superior, apesar de, nesse ponto, o Brasil ainda estar engatinhando
- (D) para o autor do texto, as causas da baixa qualidade no ensino superior são o ingresso quase exclusivo das elites nas melhores faculdades até os anos 90 e as deficiências históricas do ensino fundamental e médio.
- (E) o último período do texto pode ser pontuado da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “O diploma, que deveria ser, uma ferramenta para a abertura de portas em muitos casos, não passa de um objeto de decoração pendurado na parede de desempregados ou subempregados”.

Leia o texto abaixo, o fragmento inicial do livro *O século da canção*, de Luiz Tatit, para responder às questões 19 e 20.

Se o século XX tivesse proporcionado ao Brasil apenas a configuração de sua canção popular poderia talvez ser criticado por sovínice, mas nunca por mediocridade. Os cem anos foram suficientes para a criação, consolidação e disseminação de uma prática artística que, além de construir a identidade sonora do país, se pôs em sintonia com a tendência mundial de traduzir os conteúdos humanos relevantes em pequenas peças formadas de melodia e letras.

Toda a sociedade brasileira – letrada ou não-letrada, prestigiada ou desprestigiada, profissional ou amadora – atuou nesse delineamento de perfil musical que, no final do século, consagrou-se como um dos mais fecundos do planeta, em que pese a modesta presença da língua portuguesa no cenário internacional.

19. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que

- (A) no trecho “Se o século XX tivesse proporcionado ao Brasil apenas a configuração de sua canção popular poderia talvez ser criticado por sovínice”, do primeiro parágrafo, é recomendável a utilização de uma vírgula depois de “popular” e antes de “poderia”.
- (B) se infere da leitura do primeiro parágrafo do texto que o século XX proporcionou ao Brasil muito mais do que a configuração de sua canção popular e que, por isso, pode ser criticado não apenas por sovínice como também por mediocridade.
- (C) no trecho “Os cem anos foram **suficientes** para a criação, consolidação e disseminação de uma prática artística”, do primeiro parágrafo, o termo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico por “bastante”.
- (D) no trecho “se pôs em sintonia com a tendência mundial **de traduzir os conteúdos humanos relevantes em pequenas peças formadas de melodia e letras**”, do primeiro parágrafo, a oração destacada é fruto da regência do verbo “pôr”.
- (E) os substantivos “criação”, “consolidação” e “disseminação” regeram o mesmo complemento – o termo “de uma prática artística” – e foram formados pelo processo da derivação regressiva, por meio da qual se originam substantivos abstratos de ação.

20. Levando em consideração as afirmações do texto e as orientações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que o trecho “em que pese a modesta presença da língua portuguesa no cenário internacional” pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico:

- (A) devido à modesta presença da língua portuguesa no cenário internacional.
- (B) além da modesta presença da língua portuguesa no cenário internacional.
- (C) apesar da modesta presença da língua portuguesa no cenário internacional.
- (D) sobretudo a modesta presença da língua portuguesa no cenário internacional.
- (E) referente à modesta presença da língua portuguesa no cenário internacional.

MATEMÁTICA

21. Considere os conjuntos:

N, dos números naturais.

Z, dos números inteiros.

Q, dos números racionais.

R, dos números reais.

Assinale a alternativa correta.

- (A) $a, b \in \mathbb{N}$ temos $a - b \in \mathbb{N}$
- (B) Existe um elemento em Z que é menor que qualquer número inteiro
- (C) $\mathbb{N} \subset \mathbb{Z} \subset \mathbb{Q} \subset \mathbb{R}$
- (D) $a \in \mathbb{Z}, b \in \mathbb{Z} \text{ e } b \neq 0 \Rightarrow a/b \in \mathbb{Z}$
- (E) A equação $3x - 1 = 0$ não tem solução em Q

22. Com uma única máquina, uma gráfica consegue gerar mil cópias de uma cartaz no tempo de 1 hora. Se esta gráfica adquirir mais 3 máquinas de mesma capacidade, o tempo que levará para gerar as mesmas mil cópias passará a ser de

- (A) 4 horas.
- (B) 3 horas.
- (C) 30 minutos.
- (D) 20 minutos.
- (E) 15 minutos.

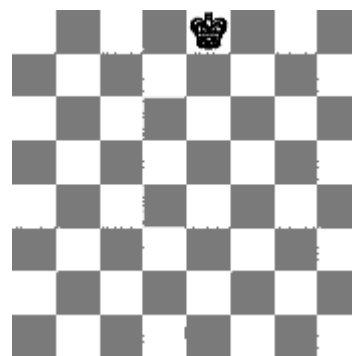
23. Uma empresa prometeu a seus funcionários um reajuste salarial total de 56% através de dois aumentos mensais sucessivos. Se no primeiro mês houve um reajuste de 20%, para se chegar ao reajuste prometido no segundo mês, deve-se aumentar o salário em

- (A) 30%.
- (B) 36%.
- (C) 32%.
- (D) 26%.
- (E) 20%.

24. Um capital de R\$ 10.500,00 foi aplicado no sistema de juros simples, à taxa de 6% ao mês, durante 4 meses. O juro recebido por esta aplicação foi de

- (A) R\$ 3.100,00.
- (B) R\$ 3.000,00.
- (C) R\$ 2.800,00.
- (D) R\$ 2.300,00.
- (E) R\$ 2.100,00.

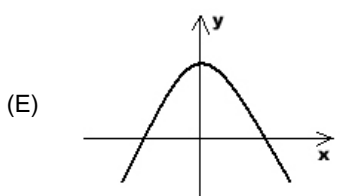
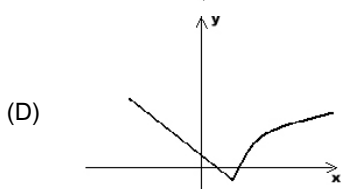
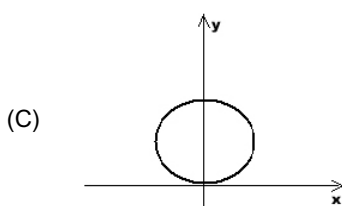
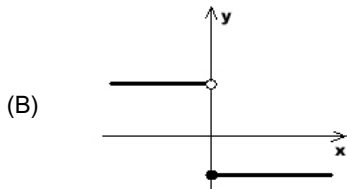
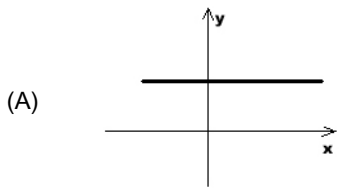
25. O campo de batalha de uma partida de xadrez é um tabuleiro quadrado. Este, por sua vez, é dividido em 64 quadrados menores, dispostos em oito linhas e oito colunas em cores claras e escuras, alternadas. A Torre pode se movimentar para qualquer número de casas na horizontal (linha) ou vertical (coluna). Quando o Rei está para ser atacado por uma peça inimiga, diz-se que este está em xeque. Considere um tabuleiro com apenas um Rei, posicionado conforme a figura abaixo:



Se posicionarmos aleatoriamente uma Torre inimiga em qualquer casa deste tabuleiro (**exceto na casa onde se encontra o Rei**), qual é, aproximadamente, a probabilidade de esta Torre colocar o Rei em xeque?

- (A) 8%.
- (B) 16%.
- (C) 22%.
- (D) 28%.
- (E) 35%.

26. Assinale a alternativa que **não** representa gráfico de uma função $y = f(x)$



27. Pelas regras, em competições internacionais, um campo oficial de futebol tem de ser retangular e deve ter um comprimento mínimo de 100 metros e máximo de 110 metros, enquanto que a largura deve ser de 64 metros no mínimo e de 75 metros no máximo. Neste caso, a diferença entre a área da superfície de um campo de futebol com as dimensões máximas e a área da superfície de um campo de futebol com as dimensões mínimas é de

- (A) 860m².
- (B) 920m².
- (C) 1440m².
- (D) 1520m².
- (E) 1850m².

28. Uma pessoa caminhando parte às 6 horas e 34 minutos e chega ao seu destino às 6 horas e 49 minutos. Se neste trajeto a pessoa desenvolveu uma velocidade média de 3 quilômetros por hora, a distância percorrida por ela foi de

- (A) 75 metros.
- (B) 125 metros.
- (C) 350 metros.
- (D) 750 metros.
- (E) 1250 metros.

29. Determinado teste é composto por 5 questões, e sua pontuação é dada da seguinte forma:

Número de acertos	0	1	2	3	...
Pontuação	2	6	18	54	...

Uma pessoa que acertar todas as questões deste teste receberá uma pontuação de

- (A) 328.
- (B) 364.
- (C) 450.
- (D) 486.
- (E) 512.

30. Uma micro-empresa possui 8 funcionários. Dentre eles, João e José, que são grandes amigos. Por conta de uma gincana interna, todos os funcionários serão divididos, ao acaso, em dois grupos com número igual de integrantes. Qual a probabilidade de João e José ficarem no mesmo grupo?

- (A) $\frac{3}{7}$
- (B) $\frac{1}{2}$
- (C) $\frac{5}{8}$
- (D) $\frac{1}{4}$
- (E) $\frac{3}{8}$

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÃO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Segundo o que rege a Constituição da República Federativa do Brasil, são órgãos da Justiça do Trabalho

- (A) as Juntas de Conciliação e Julgamento.
- (B) os Juízes do Trabalho.
- (C) os Juizados Arbitrais Trabalhistas.
- (D) as Instâncias Especiais Trabalhistas.
- (E) as Varas de Acidente do Trabalho.

32. Fazem parte da composição do Tribunal Superior do Trabalho

- (A) vinte e um Ministros, escolhidos dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Congresso Nacional.
- (B) vinte e um Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de vinte e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria qualificada do Congresso Nacional.
- (C) vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (D) vinte e três Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples da Câmara de Deputados.
- (E) vinte e três Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria qualificada da Câmara de Deputados.

33. Relativamente ao tema do “poder constituinte”, tem-se que

- (A) a assembléia nacional constituinte é a forma típica de exercício do poder constituinte, em que o Estado, seu legítimo titular, democraticamente, outorga poderes a seus representantes especialmente eleitos para a elaboração da Constituição.
- (B) se define como Poder Constituinte aquele poder capaz de criar, modificar ou implementar normas de força infraconstitucional.
- (C) nos Estados democráticos, a titularidade do poder constituinte pertence ao Estado, pois o Governo decorre da soberania popular.
- (D) em razão de sua titularidade pertencer ao Estado, o poder constituinte é permanente, isto é, não se esgota em um ato de seu exercício.
- (E) a outorga é o estabelecimento da Constituição pelo próprio detentor do poder, sem a participação popular. É ato unilateral do governante, que auto-limita o seu poder e impõe as regras constitucionais ao povo.

34. Quanto às limitações do poder constituinte, têm-se que as limitações

- (A) temporais consistem na vedação, por determinado lapso temporal, de alterabilidade das normas constitucionais. A Constituição insere norma permissiva de reforma de seus dispositivos por um prazo determinado.
- (B) circunstanciais evitam modificações na Constituição em certas ocasiões anormais e excepcionais do país, em que possa estar ameaçada a livre manifestação do órgão reformador.
- (C) materiais incluem determinadas matérias ou conteúdo da possibilidade de reforma, visando a assegurar a integridade da Constituição, permitindo que eventuais reformas impliquem profunda mudança de sua identidade.
- (D) materiais explícitas correspondem àquelas matérias que o constituinte definiu expressamente na Constituição como alteráveis. O próprio poder constituinte originário faz constar na sua obra um núcleo modificável.
- (E) materiais implícitas são aquelas matérias que, apesar de inseridas no texto constitucional, estão tacitamente dentro do alcance do poder de reforma.

35. Conceder-se-á mandado de injunção

- (A) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (B) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (C) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- (D) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (E) para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas-corpus* ou *habeas-data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.

36. Apresenta-se, dentre outros, como direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

- (A) salário-família para os seus dependentes.
- (B) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.
- (C) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- (D) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (E) jornada de 8 (oito) horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

37. Preceitua o texto constitucional que **não** haverá penas

- (A) privativas de liberdade.
- (B) restritivas de direitos.
- (C) pecuniárias.
- (D) alternativas.
- (E) de banimento.

38. O alistamento eleitoral e o voto são

- (A) facultativos para os maiores de dezoito anos.
- (B) facultativo para os analfabetos.
- (C) obrigatórios para os maiores de setenta anos.
- (D) obrigatórios para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (E) obrigatório para as mulheres maiores de setenta anos.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

39. A Lei 11.416 de 2006 institui o Adicional de Qualificação – AQ, destinado aos servidores das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos em ações de treinamento, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário; nesse sentido, o Adicional de Qualificação – AQ incidirá sobre o vencimento básico do servidor, da seguinte forma:

- (A) 5% (cinco por cento), em se tratando de título de Bacharel.
- (B) 15% (quinze por cento), em se tratando de título de Mestre.
- (C) 10% (dez por cento), em se tratando de certificado de Especialização.
- (D) 1% (um por cento) ao servidor que possuir conjunto de ações de treinamento que totalize pelo menos 120 (cento e vinte) horas, observado o limite de 3% (três por cento).
- (E) 20% (vinte por cento), em se tratando de título de Doutor.

40. Relativamente ao tema licenças, como tais previstas na Lei 8112/90, pode-se concluir que

- (A) poderá ser concedida uma licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge, dos avós, dos netos, do padrasto ou enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por junta médica oficial.
- (B) poderá ser concedida uma licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.
- (C) ao servidor convocado para o serviço militar, será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica; concluído o serviço militar, o servidor terá até 40 (quarenta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.
- (D) o servidor terá direito à licença, com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e à véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- (E) a critério do servidor, poderão ser concedidas ao requerente, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração.

41. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade e notadamente

- (A) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- (B) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (C) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- (D) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (E) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

42. Segundo a Lei 9784/99, o órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências. Sobre tal intimação, analise as alternativas abaixo.

- (A) A intimação observará a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento.
- (B) A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
- (C) As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, sendo que o comparecimento do administrado não supre sua falta ou irregularidade.
- (D) No caso de interessados determinados, conhecidos ou com domicílio definido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.
- (E) A intimação deverá conter a identificação do intimado, facultada a inserção do nome do órgão ou entidade administrativa.

43. De acordo com o texto da Lei 8.112 de 1990, apresenta-se como modalidade de penalidade disciplinar:

- (A) multa pecuniária.
- (B) repreensão escrita.
- (C) exoneração.
- (D) destituição do cargo estável.
- (E) destituição de função comissionada.

44. Consoante dispõe a Lei 9.784 de 1999, relativamente ao recurso administrativo, observa-se que

- (A) o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, o encaminhará à autoridade superior.
- (B) o recurso administrativo tramitará no máximo por quatro instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- (C) salvo disposição legal específica, é de quinze dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- (D) salvo disposição legal em contrário, o recurso administrativo possui efeito suspensivo.
- (E) o órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

45. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; nesse sentido, e sobre o tema da “acumulação de cargos”, observa-se que

- (A) a proibição de acumular não se estende a funções em autarquias e fundações públicas, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.
- (B) a acumulação de cargos, ainda que ilícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
- (C) se considera acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, mesmo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.
- (D) o servidor vinculado ao regime estatutário, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.
- (E) o servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, observada a ressalva legal, todavia poderá ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

46. Os Atributos do ato administrativo consistem nas características que demonstram a submissão a um regime jurídico de direito público. Dentre outros, pode-se citar:

- (A) competência e motivo.
- (B) objeto e finalidade.
- (C) forma e discricionariedade.
- (D) praticidade e legalidade.
- (E) imperatividade e auto-executoriedade.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

47. Será representado em juízo, ativa e passivamente,
- (A) a União, pelo Presidente da República e seus Ministros.
 - (B) o Município, pelo Secretário de Assuntos Jurídicos.
 - (C) a massa falida, por seu representante.
 - (D) a herança vacante, por seu curador.
 - (E) o espólio, por seus assistentes.

48. Relativamente aos procuradores, dispõe o Código de Processo Civil que,
- (A) sendo comum às partes o prazo, só individualmente ou mediante ulterior ajuste por petição nos autos, poderão, os seus procuradores, retirá-los.
 - (B) compete ao advogado, ou à parte quando postular em causa própria declarar, na petição inicial ou na contestação, o endereço em que receberá intimação.
 - (C) sem instrumento de mandato, o advogado poderá, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar decadência; neste caso, o advogado se obrigará a exibir o instrumento de mandato no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável até outros 10 (dez), por despacho do juiz.
 - (D) os atos, não ratificados no prazo, serão havidos por anuláveis, respondendo o advogado por despesas e perdas e danos.
 - (E) o advogado tem direito de requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 10 (dez) dias.

49. Sobre o tempo e o lugar dos atos processuais, assim dispõe o Código de Processo Civil Brasileiro:
- (A) processam-se durante as férias e se suspendem pela superveniência delas, os atos de jurisdição voluntária.
 - (B) processam-se durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas, as causas de dação de curadores.
 - (C) os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 22 (vinte e duas) horas.
 - (D) são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias declarados por lei.
 - (E) processam-se durante as férias e se suspendem pela superveniência delas, todas as causas que a lei estadual determinar.

50. No que concerne aos prazos processuais, assim preceitua o Código de Processo Civil Brasileiro:
- (A) o prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, interrompendo-se nos feriados.
 - (B) quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas 48 (quarenta e oito) horas.
 - (C) decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.
 - (D) o juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 90 (noventa) dias.
 - (E) veda-se às partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; a convenção, porém, só tem eficácia se, requerida posteriormente ao vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.

51. Dentre outros, apresenta-se como requisito essencial da carta de ordem, da carta precatória e da carta rogatória
- (A) a indicação dos procuradores de origem e de cumprimento do ato.
 - (B) o parcial teor da petição e do despacho judicial.
 - (C) a menção do prazo processual, que lhe constitui o objeto.
 - (D) o encerramento com a assinatura do juiz.
 - (E) o parcial teor da petição e do instrumento do mandato conferido ao advogado.

52. Segundo o Código de Processo Civil, referente à comunicação dos atos, não se fará, porém, a citação, salvo para evitar o perecimento do direito:
- (A) aos doentes, enquanto grave o seu estado.
 - (B) ao funcionário público, na repartição em que trabalhar.
 - (C) aos noivos, nos 6 (seis) primeiros dias de bodas.
 - (D) a quem estiver assistindo a qualquer ato cívico.
 - (E) ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, no dia do falecimento e nos 10 (dez) dias seguintes.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

53. Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

- (A) 20 (vinte) dias corridos, quando houver tido de 10 (dez) a 15 (quinze) faltas.
- (B) 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.
- (C) 25 (vinte e cinco) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 7 (sete) vezes.
- (D) 15 (quinze) dias corridos, quando houver tido de 20 (vinte) a 30 (trinta) faltas.
- (E) 20 (vinte) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 10 (dez) faltas.

54. Relativamente ao tema da “jornada de trabalho”, tem-se que

- (A) a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 12 (doze) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
- (B) não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 15 (quinze) minutos, observado o limite máximo de 30 (trinta) minutos diários.
- (C) se considera trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 30 (trinta) horas semanais.
- (D) o salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional a sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.
- (E) a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 4 (quatro), mediante contrato coletivo de trabalho.

55. Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso. Sobre tal período de descanso, deve ser observado que

- (A) será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 12 (doze) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência ou necessidade do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.
- (B) nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de 120 (cento e vinte) minutos de trabalho consecutivo, corresponderá um repouso de 20 (vinte) minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.
- (C) nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.
- (D) quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 80% (oitenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- (E) em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 8 (oito) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 2 (duas) horas.

56. Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo,

- (A) permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias.
- (B) deixar o emprego e não for readmitido dentro de 30 (trinta) dias subseqüentes a sua saída.
- (C) deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 20 (vinte) dias, em virtude de paralisação total dos serviços da empresa.
- (D) deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 20 (vinte) dias, em virtude de paralisação parcial dos serviços da empresa.
- (E) tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 3 (três) meses, embora descontínuos.

57. Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego; nesse sentido e, a seu respeito, deve ser observado que

- (A) qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, haverá vínculo empregatício entre ela e seus associados, bem como entre estes e os tomadores de serviços daquela.
- (B) o contrato individual de trabalho não poderá ser acordado tácita ou expressamente, podendo, todavia, ser estabelecido verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.
- (C) se considera como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.
- (D) o contrato por prazo determinado não será válido quando versar sobre atividades empresariais de caráter transitório.
- (E) o contrato por prazo determinado não será válido quando tratar de serviço cuja natureza justifique a predeterminação do prazo.

58. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando

- (A) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, mesmo no caso de legítima defesa, própria ou de outrem.
- (B) forem exigidos serviços adequados às suas forças, ou cumprir o empregador as obrigações do contrato.
- (C) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor mediano.
- (D) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama.
- (E) o empregador maximizar o seu trabalho, sendo este através de empreitada, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

59. Relativamente ao tema da “alteração do contrato de trabalho”, deve ser observado que

- (A) nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, ainda que resultem prejuízos ao empregado.
- (B) se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
- (C) ao empregador é permitido transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, considerando-se transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio .
- (D) em caso de necessidade, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da prevista em contrato; nesse caso, obriga-se a um pagamento suplementar, não inferior a 50% (cinquenta por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade.
- (E) as despesas resultantes da transferência do empregado correrão por conta do empregador; ademais, é lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

60. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar

- (A) as ações oriundas da relação de consumo, abrangidos os entes da administração pública direta e indireta da União.
- (B) as ações que envolvam exercício do direito de manifestação do pensamento no campo artístico e desportivo.
- (C) as ações sobre representação sindical, entre associações de classe, agências especiais e suas representações.
- (D) os *habeas corpus*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- (E) os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição federal.